

## NÚCLEO PIONEIRO DE GOIÂNIA: um patrimônio inteligível?

Márcia de Araújo

Mestranda em Geografia IESA - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás  
E-mail: marciarq@pop.com.br

Maria Geralda de Almeida

Professora Doutora do Departamento de Geografia - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA) - UFG

**Resumo:** O discurso do patrimônio é um fenômeno pautado na reconsideração da realidade histórica das cidades, cuja origem está na mudança de ritmos da vida presente nas metrópoles. Em seu processo ele busca no passado, através da memória, a permanência de valores considerados ideais, e envolve a ação contemporânea de mercantilização da cultura. Evidencia-se assim, o papel dos agentes de comunicação - mídia e instituições -, envolvidos no processo que podem impor um discurso pautado na homogeneidade do meio intelectual. Diante desse quadro, essa pesquisa propõe-se a compreender a importância dada à patrimonialização na cidade contemporânea, objetivando verificar a contribuição do patrimônio enquanto agente da dinâmica de refuncionalização de espaços anteriormente desvalorizados. Adota-se como referencial a instituição do patrimônio edificado da cidade de Goiânia, capital de Goiás, ocorrido em novembro de 2003, por uma ação basicamente institucional, sem um respaldo inteligível da população goianiense. A interpretação ocorreria através da opinião pública e da mídia como formadora dessa opinião. Toma como objeto o núcleo inicial da cidade com seu conjunto de edifícios em estilo Art Déco, dialogando-os com a real apropriação e entendimento desses elementos pela população. Para tanto, é necessário entender o processo de patrimonialização; avaliar como a valorização da cultura e da memória decorrentes deste são apreendidas; identificar como a definição de bens patrimoniais é interpretada pelo habitante local; qual a opinião desse habitante sobre o referido processo e verificar como este é percebido pela mídia impressa. A metodologia adotada segue a abordagem qualitativa. Os meios definidos para a coleta de dados são: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental envolvendo órgãos públicos pertinentes ao trato da cidade, patrimônio e cultura e a mídia escrita com pesquisa em dois jornais com circulação significativa na cidade. Na pesquisa de campo será utilizada a observação, a entrevista semi-estruturada e o registro visual (fotografias).

**Palavras-chave:** Goiânia. Patrimônio. Cultura.

### 1 Introdução

Ao examinar o contexto da cidade contemporânea pelo prisma da paisagem e do tempo, fica claro que a paisagem/espço urbano é marca da ação dos homens, reflexo da cultura de um povo, é um produto social que expressa através das formas, a sucessão do tempo.

Na metrópole, o processo de reprodução espacial se faz a partir da articulação entre formas antigas, que sobrevivem à devastação imposta pelo 'novo' e as intervenções urbanas que transformam os usos, alteram a morfologia e explodem as relações sociais tradicionais pela mudança nas funções do lugar dentro da metrópole bem como pela transformação do lugar em si. (Carlos, 2001, p. 164).

Nesse contexto de fragmentação da sociedade, a questão patrimonial se revela, o modo de vida contemporâneo, marcado pela velocidade e perda de vínculos sociais e afetivos faz com que o habitante da cidade encontre no passado, naquilo que lhe transmite segurança um porto seguro rumo ao futuro, no caso, esse passado é representado pelo patrimônio em suas múltiplas possibilidades. Sob esse enfoque, uma das intenções do patrimônio é fazer com que a cidade (re)crie vínculos com seu habitante passando a ter significado. Para Borja (2005) a cidade quanto mais significativa, mais propicia a inclusão, no seu entendimento, o espaço urbano deve ser portador de atributos de monumentalidade, de ética, estética e de história. Deve suscitar o prazer e a emoção. Assim, dentre as suas múltiplas possibilidades, a constituição do patrimônio na cidade contemporânea pode ser vista também pelo viés da cidadania, como elemento portador de valores e atributos que despertam no indivíduo sentimentos de identificação e pertencimento aos “mundos culturais exteriores” (HALL, 1997, p.12).

Assim, presente pesquisa propõe-se a compreender a importância dada à patrimonialização na cidade contemporânea, objetivando verificar a contribuição do patrimônio enquanto agente da dinâmica de refuncionalização de espaços anteriormente desvalorizados, a partir da instituição do patrimônio edificado da cidade de Goiânia, capital de Goiás, por meio de uma interpretação da opinião pública e da mídia como formadora dessa opinião. Nesse sentido, a pesquisa visa analisar a organização espacial interna da área central tombada, que envolve o núcleo inicial da cidade, com seu significativo conjunto de edifícios em estilo Art Déco e a sua estrutura urbana, dialogando-a com a real apropriação e entendimento desses elementos pela população.

Desta forma, é fundamental entendermos o papel dos agentes de comunicação, aí abrangendo tanto a mídia quanto as instituições no processo de patrimonialização; caracterizarmos o fenômeno da “reconsideração da realidade histórica das cidades” (PEIXOTO, 2004, p.1997) que vem alimentando o pensamento preservacionista, componente da configuração da cidade “sucessora da experiência moderna” (op. cit. p.1997), assim como verificarmos sua contribuição nesta configuração urbana; compreendermos a relação lógica de apropriação entre a população e este processo, em particular no do patrimônio edificado.

Com essa linha de entendimento, e considerando que se trata de uma pesquisa em andamento, o presente artigo se propõe a fazer uma análise de enfoque geográfico entre o patrimônio e a paisagem no contexto da cidade contemporânea. Adotam-se por base o patrimônio arquitetônico da cidade de Goiânia, elemento singular, reflexo dos valores de nossa sociedade, da leitura técnica científica de seu idealizador e dos interesses políticos dos governantes do período. Primeiramente apresentaremos Goiânia e seu patrimônio Art Déco, na

seqüência, o enfoque é dado à questão da patrimonialização e a compreensão dada à paisagem. Finalizando uma leitura sobre a ação da mídia no contexto contemporâneo.

## **2 Goiânia e seu patrimônio**

Goiânia, projetada nos moldes da cidade moderna, vivencia o processo de metropolização, expresso em problemáticas urbanas como o surgimento de novas centralidades, a insegurança, deficiências de transporte público, produção espacial marcada por desigualdades, dentre outros que o caracterizam e que demonstram sua conexão com as questões globais. O processo de tombamento federal do núcleo inicial da cidade é um sinal revelador, assim como a existência dos grandes equipamentos e centros de serviço. A paisagem do núcleo pioneiro, objeto desse artigo, é caracterizada pela predominância de edifícios comerciais e administrativos e se constitui em área de confluência de fluxos de transporte coletivo. Essa é uma região onde os moradores tradicionais migraram para regiões mais valorizadas, abrindo espaço para a presença de ambulantes nas ruas, tornando crescente a popularização dos comércios e serviços. A população residente é reduzida, e a intensa movimentação de pessoas ao longo do dia dá lugar, à noite, ao abandono, insegurança e marginalidade. Por outro lado, é nesse espaço, definido por um traçado urbano valoroso pela peculiaridade de representar as idéias urbanísticas do início do século XX, que se encontra um expressivo conjunto de edifícios em Art Déco, ambos, objeto do tombamento federal.

Goiânia se insere no contexto do Patrimônio Cultural através de seu Centro Histórico que, através da portaria 507 de 18 de novembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União em 24 de novembro do mesmo ano, foram tombados pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), elevados à categoria de patrimônio da nação e passam a ser submetidos à sua legislação específica. Para o IPHAN “o tombamento é um instrumento jurídico que coloca sob a proteção do Estado os bens de natureza material cuja preservação seja do interesse público”.

Em Goiânia, dentre os bens tombados destacam-se os componentes do Plano Urbanístico inicial: vias, organização de quadras, edifícios e o núcleo urbano histórico de Campinas. No núcleo pioneiro destaca-se a Praça Cívica que faz parte do desenho urbano do plano original de Goiânia, possui edifícios que fizeram parte dessa região germinal da cidade, incluindo-se entre os bens do conjunto urbanístico e arquitetônico Art Déco. Todavia, antes disso, esse conjunto arquitetônico e urbano já se encontrava protegido por leis estaduais e

municipais, além de estar diretamente ligado ao desenvolvimento das atividades públicas destas instâncias.

O estilo Art Déco presente no conjunto arquitetônico tombado, é caracterizado pela utilização de linhas retas, fachadas limpas e sóbrias, independente de grandes dimensões e volumes, provocam uma sensação racionalista e de monumentalidade. O Déco se adapta às diversas manifestações culturais, incorporando e mesclando elementos. Nesse aspecto ele expressou valores, comportamentos e culturas diferentes por todo o mundo.

No Brasil, o Déco é bem aceito e utilizado tanto em projetos residenciais, quanto em edifícios comerciais e representativos do poder público. Ele foi o modelo utilizado por Getúlio Vargas na representação de seu governo, por considerar que suas características estéticas e de monumentalidade, se identificava com o lema “Progresso e Modernidade”. No entender de Coelho (2000, p.36), o Art Déco era o “modelo que melhor representava o ‘desenvolvimento’ proposto por Vargas, e o ‘progresso’ que igualaria o Brasil ao mundo civilizado da Europa e Estados Unidos”.

Em Goiás, o Déco chega com o impulso do desenvolvimento do Estado, por meio da mudança da capital, da cidade de Goiás para Goiânia, “uma cidade que traz em si a expectativa de mudança política, a substituição das antigas oligarquias por novas, da tradicional arquitetura da colônia portuguesa pela arquitetura da modernidade, da internacionalização, do futuro” (COELHO, 2000, p. 41). Numa leitura sobre a arquitetura desenvolvida em Goiânia, Coelho coloca que a escolha do Déco, não aconteceu por opção dos autores ou por modismo e sim por ser a representação do poder autoritário do governo de Getúlio Vargas e de seus representantes estaduais. No seu entender, esse estilo, se tornou a arquitetura oficial de grande parte dos governantes totalitários da década de 1930 – 1940. Já no entendimento de Manso (2001), essa opção pelo estilo Déco, na leitura dos edifícios públicos proposta por Atílio Corrêa Lima, se deu em virtude da precariedade financeira do Estado e esse estilo possibilitar atingir o efeito de monumentalidade sem a necessidade de utilização de materiais nobres ou exageros decorativos. Nota-se nos edifícios construídos na cidade a manutenção das características universais que identificam esse estilo, porém acrescidos de elementos regionais, adaptados à realidade econômica vivida naquele período histórico.

No contexto da cidade contemporânea, o tombamento do conjunto arquitetônico do núcleo inicial significa a preservação de valores da paisagem que, segundo Carlos (2001), “marcaram os lugares da cidade, produzidos como lugares da vida”. A preserva igualmente de valores da ditadura do “moderno” que se impõem no ritmo veloz dos interesses dos especuladores imobiliários, e se constitui numa das características da metrópole

contemporânea. A substituição dos objetos antigos por elementos novos destituiu a paisagem urbana de elementos que promovem a identidade, para Carlos (2001, p. 172) “a morfologia além de servir para a prática social, revela também uma história, onde o tempo que se concretiza, no uso, produz a identidade, concretiza-se na memória”.

O processo de patrimonialização induz outras ações no âmbito das cidades, geralmente ele atua promovendo ações de revitalização nas áreas de sua abrangência. Foi o que aconteceu na cidade de Goiânia, na gestão municipal no período de 2000 a 2004, impulsionado pelo ato tombamento do núcleo histórico, o poder municipal, coordenado pelo GECENTRO<sup>1</sup>, iniciou uma série de ações com a intenção de revitalizar e recuperar o núcleo central entendendo-o como um ponto de onde emanariam melhorias para toda a cidade. O processo de revitalização teve início pela Avenida Goiás e a construção do Mercado Aberto da Avenida Paranaíba. Também foi lançado o Projeto Cara Limpa<sup>2</sup>, cujo marco foi a recuperação do Grande Hotel, pretendia estabelecer o diálogo entre a história e a contemporaneidade, incentivando a “limpeza das fachadas” dos edifícios construídos no estilo Art Déco, com a retirada dos elementos metálicos de propaganda comercial que encobriam os detalhes destes edifícios. As ações concretizadas foram significativas para a cidade, atualmente esse grupo está desativado e o processo de revitalização suspenso, no entanto, esse processo continua necessário e válido e foram percebidos resultados positivos. É importante ressaltar, que em ações de revitalização, os valores regionais, o *modus vivendi* (modo de vida), enfim, as características e peculiaridades da população devem ser respeitadas e valorizadas para que esse processo não venha a se tornar um elemento alheio à cultura da cidade, um modismo com características padronizadas, imposto por outras instâncias, sem a participação popular tal como se vê em outros processos de revitalização espalhados pelo país e pelo mundo.

Nesse aspecto, Paola Berenstein Jacques, no prefácio do livro Espelho das Cidades de Henry-Pierre Jeudy, (2005, p. 11) tendo em vista as cidades contemporâneas, lança um questionamento: Qual o sentido do uso contemporâneo que se faz da cultura como estratégia principal dos novos projetos ditos de revitalização urbana? Para a autora, as cidades

---

<sup>1</sup> Grupo Executivo de Revitalização do Centro.

<sup>2</sup> Projeto Cara Limpa valoriza a identidade arquitetônica, reconhecida e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN prevê a realização de intervenções urbanísticas e arquitetônicas como a recuperação das fachadas dos edifícios; a padronização dos letreiros e calçamentos; ordenação do mobiliário urbano e da arborização; e ainda a instalação de fiação subterrânea. (CENTRO DE TODOS – Prefeitura Municipal de Goiânia, 2004).

contemporâneas têm sido objeto de ações classificadas como ‘culturalização’ ou ‘musealização’<sup>3</sup>,

[...] essas intervenções muitas vezes se iniciam com uma patrimonialização das próprias cidades, com vistas a uma revitalização urbana que possibilite sua efetiva inserção na competitiva rede global das cidades turísticas. [...] a maior parte dos projetos repetem a mesma fórmula ditadas por financiadores internacionais sem questionamento crítico: patrimonialização, estetização, espetacularização, padronização dos espaços, e o que é pior, gentrificação. (JEUDY, 2005, p. 11-12)

Nessa perspectiva, importa ressaltar que a patrimonialização é resultado de políticas públicas da cultura, sobre isso Meneses (2002, p. 93-94) pondera que “o patrimônio cultural para ser identificado e entendido carece de conhecimento sobre os circuitos de produção e consumo de sentidos”. Propõe que as políticas culturais devem dizer respeito a todos os níveis da experiência social e não apenas alguns segmentos privilegiados reduzindo e compartimentando o entendimento da cultura. Para esse autor, a visão concentradora de cultura produz ações pontuais consubstanciadas em centros culturais, musealização da cidade e dos centros históricos, em lugar da “culturalização” de todo o espaço urbano que, no seu entender, são paliativos aos desequilíbrios da vida contemporânea. Entretanto, isso não inviabiliza a legitimidade e necessidade de políticas culturais abrangendo a dimensão cultural em todas as áreas da vida humana, isto é, na educação, saúde, transportes etc.

Em Goiânia, esse processo não está claro, houve por ocasião do tombamento do Centro Histórico, ações de revitalização com vistas à melhoria das condições de vida nessa região e adjacências, mas, não podemos afirmar que a intenção primeira seja a de transformá-la em cidade global considerando mais pertinente dizer que se trata de destacá-la no contexto nacional. Também, não há referência a financiadores internacionais envolvidos nesse processo, visto o interesse manifesto por parcerias com a iniciativa privada para viabilizar as ações pretendidas<sup>4</sup>. Transparece a partir da leitura de Vaz (2002), tratar-se de uma reação face ao descontentamento dos goianienses com o abandono e deterioração da área central, importante pelos significados histórico-culturais que lhe são iminentes.

Com o conhecimento do processo de patrimonialização instaurado em Goiânia e das características que compõem a área tombada, remontar às origens da formação do

---

<sup>3</sup> Segundo Hermann Lübbe (apud Huyssen, 2000, p.27), musealização não está mais ligada à instituição do museu no sentido estrito, mas está infiltrado em todas as áreas da vida cotidiana. A musealização demonstra o historicismo expansivo da nossa cultura contemporânea, o quanto o presente está obcecado com o passado e é uma forma de compensar a perda de tradições vividas.

<sup>4</sup> Ver Araújo (2004), capítulo 2.

patrimônio é uma forma de compreender esse processo, ou seja, de que maneira a definição de bens patrimoniais interfere e atua nas populações criando o sentido de nação, de povo ou grupo e capta, através da experiência histórica, os conteúdos simbólicos que lhe são inerentes.

### **3 O patrimônio em questão**

O patrimônio representa uma escolha dentro do universo dos bens culturais, bens que serão eleitos como representantes de uma nação ou de um povo. Atualmente percebe-se um crescente interesse de abrangência mundial por essa temática como reação ao processo de globalização e o risco de estandardização das culturas. Data do período da revolução francesa os conceitos iniciais que instituíram o denominado patrimônio, permaneceram válidos durante todo o século XIX e, segundo Fonseca (1997, p.59), “se inseriu no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional e passou a servir ao processo de consolidação dos Estados - nações modernos”. No entender dessa autora, os patrimônios nacionais serviam para criar referenciais comuns aos habitantes de um mesmo território, não obstante a presença de diversos grupos sociais e etnias, unificá-los em torno de tradições e interesses comuns e elementos que expressam a identidade cultural (idioma, costumes e história nacional).

Naquele período, era relevante ao se preservar um monumento manter as suas características físicas, a integridade da forma e da matéria do bem, características que fixam os valores nele investidos e conferem sua autenticidade. Dessa forma “as noções de autenticidade e permanência fundam a prática de preservação ocidental e orientam toda a sua lógica” (SANT’ANNA, 2003, p. 48).

No Brasil, o movimento pela preservação do Patrimônio foi iniciado por um grupo de intelectuais modernistas que procuraram encontrar no território nacional obras que representassem nossa brasilidade. Para esse grupo, o Brasil adentraria o mundo moderno através da busca de sua identidade própria, em que ‘ser brasileiro’ significava ‘ser moderno,’ e isto implicava em entender o próprio Brasil, buscar sua história e suas raízes. Para Santos (1996), naquele momento existia uma idéia básica que era a construção da nacionalidade e havia quase que um consenso no meio intelectual, da grande lacuna cultural representada pela inexistência de uma cultura própria, de identidade local. (SANTOS, 1996; SIMÃO, 2001)

A criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 30 de novembro de 1937 com o Decreto-Lei nº 25, consolida os anseios daqueles que lutaram pela instituição de mecanismos legais de proteção e preservação de elementos que expressam nossa identidade. No seu artigo primeiro define o patrimônio histórico e artístico

nacional como sendo o “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (MEC/SPHAN/FNPM, 1980 apud SIMÃO, 2001, p. 111).

A partir da década de 1960, novas reflexões culminaram no entendimento do patrimônio como documento e no estabelecimento de uma nova linha de trabalho. Essa nova postura via no monumento outros valores além das características estilísticas ou as linhas das fachadas. Ele passa a ser entendido como fonte documental e a leitura de sua significação é feita através de suas formas. “Pretendia-se, por meio do conhecimento produzido, estabelecer novas possibilidades de valoração dos sítios, reconhecendo-os como lugares socialmente produzidos, onde se acumulam vestígios culturais que documentam a trajetória das sociedades locais” (MOTTA, 2000, p.268).

Atualmente essa concepção de monumento-documento tem sido enfraquecida pela adesão do governo a uma política de globalização. Nesse modelo, o patrimônio é colocado no mercado, exposto ao jogo do capital e focado apenas o seu lado financeiro tendo como argumento a necessidade do patrimônio se auto-sustentar. São afastadas ponderações, critérios e métodos anteriormente definidos e num retrocesso, voltam a ser valorados apenas o apelo visual mais imediato. O patrimônio volta a ser entendido pela estética, pelos estilos e pelo critério da antiguidade. Segundo Motta (2000, p. 269/270),

[...] essa idéia de patrimônio é adequada ao tempo do mercado. [...] são dispensadas as leituras dos significados históricos da forma urbana para o entendimento das relações de apropriação dos espaços pelos grupos sociais. [...] O público alvo não é aquele que tem os objetos como fonte de identidade e história. O objetivo é atingir um consumidor (o novo tipo de consumidor, identificado por Harvey) que deve usar o bem cultural como uma atraente mercadoria ou como apoio ao consumo de outras mercadorias.

No processo de patrimonialização/revitalização urbana do centro histórico de Goiânia, está contida essa dualidade. Por um lado, é possível perceber o reflexo disso nas ações de requalificação, empreendidas naquela região, dentre as quais, destacamos a restauração e reconversão de uso do prédio do Grande Hotel e o projeto Cara Limpa. Intervenções que analisadas mais profundamente deixam em evidência a prioridade do capital e a valorização do bem cultural e da estética como mercadoria. Se considerarmos essas intervenções adequadas ao tempo do mercado, priorizando o capital, como podemos valorizar o bem cultural neste processo? Nesse aspecto, Jeudy (2005) pondera que um dilema da gestão contemporânea dos



patrimônios, é a possibilidade de perda do valor simbólico em razão de sua utilização como mercadoria. Para esse autor,

o valor simbólico e o valor de mercado se confundem e é necessário que o patrimônio seja excluído do circuito de valores mercadológicos, para salvar seu próprio valor simbólico. De imediato a perspectiva patrimonial se vê confrontada com uma contradição: por um lado, os patrimônios não podem ser tratados como produtos de *marketing*, mas por outro, não existe desenvolvimento cultural sem comercialização. Presentemente, as estratégias mais correntes orientam-se na direção de uma combinação que contenha esta contradição: o que é tido como sagrado não impede a circulação de valores materiais. (JEUDY, 2005, p. 20)

Por outro lado, a visão do técnico que percebe no conjunto urbano arquitetônico de Goiânia o valor histórico, de documento íntegro do tempo passado. Sob essa ótica, de acordo com Fonseca (1997), o monumento importa enquanto documento de referências externas a ele, sendo fundamental para sua leitura que ele seja mantido íntegro – o que justifica a restauração e mesmo eventuais recriações. Nessa linha de entendimento Jeudy (2005), afirma que o reconhecimento do patrimônio é possível a partir da percepção pela sociedade de que seus objetos, monumentos e locais são reflexos de sua história e cultura e permitem sua compreensão, expressando a identidade de uma região.

Neste aspecto, M. Santos (1994) corrobora com o que foi dito, entendendo que o valor dos bens culturais se revela, pois eles atuam como um documento, um registro, uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas, da dinâmica social e ficam impressas na paisagem. Marcas que na cidade, segundo Lemos (1987), são reflexos da sociedade. Para ele, as cidades se renovam, se expandem ou encolhem em razão de processos envolvendo as relações sociais e as condições econômicas, políticas e culturais. Observando os elementos da paisagem, as características dos objetos que a compõe, podemos captar a evolução histórica de um dado lugar, mas, ressalva que nem sempre isso é possível, pois muitas vezes os objetos antigos são substituídos e a paisagem urbana é alterada. Vejamos então como podemos entender a formação da paisagem e visualizarmos a paisagem-patrimônio na cidade.

#### **4 A paisagem e suas variáveis**

Na formação da paisagem, a presença humana é uma constante, isto porque praticamente não existem lugares onde sua ação não esteja presente. Mesmo considerando esse pensamento, M. Santos (1994) distingue paisagem artificial como sendo aquela transformada

pelo homem e paisagem natural aquela ainda não mudada pelo esforço humano, conclui que a paisagem é um conjunto heterogêneo formada por frações de formas naturais e artificiais e que quanto mais complexas e numerosas são as funções desempenhadas pela sociedade, mais nos distanciamos das paisagens naturais. Para esse autor, através da sucessão histórica dos modos de produção, percebe-se a evolução do artifício, com o elemento cultural tornando-se mais significativo e marcante. Sauer (1925, apud CORRÊA, 1998, p.23) diz que “a paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado”. A cultura sendo dinâmica, mudando ao longo do tempo, a paisagem também se desenvolve, passando por fases estabelecendo ao final uma nova paisagem que se sobrepõe sobre o que sobrou da antiga.

A paisagem entendida como um processo de modelagem que não é de caráter apenas físico, mas pode ser “definida como uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais” (SAUER, 1925, apud CORRÊA, 1998, p.23). Para esse autor, a paisagem é uma unidade bilateral composta pelo sítio e pela expressão cultural, entende que pensar a cultura de forma geográfica é percebê-la como “marca da ação do homem sobre a área, ou seja, [...] pensar nas pessoas associadas dentro e com uma área”. M. Santos (1994, p.61) a define como o domínio do visível, diz que ela não é formada somente por volumes, é resultado de movimentos superficiais e de fundo da sociedade, um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos. Assim,

a paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos. (M. SANTOS, 1994 p. 66)

[...] a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço. (M. SANTOS, 1994, p.68)

“A paisagem urbana é a mais heterogênea por abarcar diversos tipos e níveis de produção” (M. SANTOS, 1994, p.66). Nas cidades estão presentes os instrumentos de trabalho e todo o processo direto de produção envolvendo a circulação, distribuição e consumo, em conseqüência, o espaço urbano é usado de forma desordenada em função do arranjo espacial e da lógica de produção exigido pelos diversos instrumentos de trabalho. Por conter elementos de idades diferentes convivendo lado a lado, que respondem de maneira diversa às solicitações da sociedade, a cidade capitalista é percebida como anárquica ou como expressão da ‘ordem do

possível', já que nada é desordenado. M. Santos (1994) considera a cidade como o *locus* da permanente mudança, com o desenvolvimento da técnica surge novos modos de fazer, são substituídas as formas de trabalho desencadeando novos sistemas de objetos e sistemas sociais paralelamente às novas condições econômicas, políticas e culturais, modificando a paisagem.

Na linha de pensamento deste autor, paisagem e espaço são diferentes e ao mesmo tempo complementares, para M. Santos (1994) a paisagem é a materialização de um instante da sociedade, o espaço resulta da união desses dois elementos, contém o movimento, é a materialização concreta de relações sociais. Esclarecendo, Corrêa (1989, p. 30) observa que o espaço é reflexo da sociedade, é fragmentado e mutável e, essa mutabilidade é complexa, “o espaço urbano é o reflexo de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e deixaram suas marcas impressas nas marcas espaciais do presente”. Para Carlos (2001, p. 161), espaço e tempo são indissociáveis, “a geografia considera que o tempo não é uma ilusão, ele se revela no modo de apropriação do espaço – isto é, no uso do espaço. Este, por sua vez, é a materialização concreta de relações sociais que se realizam – num determinado momento – enquanto emprego do tempo”.

A sociedade imprime as marcas que expressam, materialmente, uma dimensão de sua cultura, nessa construção contínua, o tempo se revela e a cidade no entender de Carlos (2001, p.161), percebida pelas suas formas, “enquanto construção humana, diz respeito à história da humanidade”.

Para essa autora, a cidade contemporânea apresenta

continuidades e discontinuidades que se combinam como conseqüência do espaço/tempo urbanos – traduzem a divisão do espaço urbano, rupturas de ritmo, poderes desiguais, estrutura de classes diferenciadas. Movimentos, construções, transformações do tecido urbano; uma história que do ponto de vista espacial torna-se morfologia. É aí que a presença da acumulação de tempos na cidade – um suporte material – justapõe tempos, marca a temporalidade diferenciada na cidade. (CARLOS, 2001 p. 167)

Na cidade de Goiânia percebida como metrópole, cabe analogia ao texto de Carlos (2001) no qual a autora diz que,

[...] O processo de reprodução espacial se faz a partir da articulação entre formas antigas, que sobrevivem à devastação imposta pelo ‘novo’ e as intervenções urbanas que transformam os usos, alteram a morfologia e explodem as relações sociais tradicionais pela mudança nas funções do lugar dentro da metrópole bem como pela transformação do lugar em si. (CARLOS, 2001, p. 164).

Com esse entendimento, a paisagem de Goiânia, em especial, a do Centro Histórico, expressa a mutabilidade da sociedade em sua trajetória, que no desenvolver de suas relações cria espaços que respondem às suas necessidades, abandonam ou dão novos usos àqueles que já não se adequam ao seu desenvolvimento. Esse movimento fica impresso na paisagem através da permanência dos fixos que atuam como uma escritura descrevendo essa trajetória. Passemos então a visualizar como a mídia percebe essa escritura?

## **5 No âmbito da metrópole**

Buscando entender a relação patrimônio/ paisagem e mídia na metrópole onde processo de permanente mudança característico das cidades se acelera, Carlos (2001, p.162), considera que “a modernidade é marcada pela instantaneidade no que se refere ao tempo e pelo esmaecimento da memória impressa no espaço, enquanto desaparecimento dos referenciais da vida humana”. Maldonato (2001, p. 113), diz que “essa é a época em que tudo o que é estático se torna fluido”, refere-se à modernidade como um período em que “nasce a organização da produção em série do conhecimento, das mercadorias, das colonizações, da reprodutibilidade técnica”. Vive-se o momento do culto da velocidade e da ilusão da simultaneidade, da afirmação do contingente e do instantâneo,

Por um lado, a expectativa de diversidade do futuro, das transformações que ele implicará; por outro, o avanço, a mudança contínua, as revoluções dos ritmos temporais da experiência, a inserção dessa experiência num movimento acelerado de mudanças com intervalos cada vez mais breves e limitados. (MALDONATO, 2001 p. 113)

Nesse quadro em que a ameaça de destruição dos marcos simbólicos das sociedades modernas não pára de aumentar, sob a pressão das tecnologias da informação e da comunicação, a patrimonialização é uma forma de permanência. Assim, em face dos perigos dos excessos da modernidade, Jeudy (2005) diz que a expansão das pesquisas patrimoniais provocou um fato novo, e muito contemporâneo, da patrimonialização generalizada transformada na própria expressão da modernidade. Esse autor considera que,

o fervor contemporâneo pelo culto ao passado é um meio de conjurar essa ameaça que pesa permanentemente sobre o homem moderno: da possibilidade de perder o sentido de sua continuidade.[...] Portanto, o patrimônio diz respeito tanto a uma ‘história longa’, aquela que dá sentido à continuidade, quanto a uma ‘história imediata’, relacionada à experiência dos indivíduos ameaçados pela perda de sentido de sua própria continuidade. (JEUDY, 2005, p. 21)

Nesse contexto, Jeudy (2005, p.15) afirma: “o ‘dever de memória’ que hoje nos é imposto instaura um estado culpabilizante estimulado pela necessidade moral da rememoração. Não temos mais a liberdade de esquecer, pois isto seria um crime. ‘Esquecer é ocultar [...]’”. Assim, a mídia tem papel essencial, ela possibilita a memória ficar cada vez mais disponível, segundo Huyssen (2000), isso se dá desde a imprensa e a televisão até os CD-rooms e a Internet. O autor pondera que a quantidade de informação disponível hoje e conseqüentemente “um excesso de memória nessa cultura saturada de mídia” cria o temor do esquecimento em função da premente possibilidade de implosão pela sobrecarga do sistema de memórias. Continuando Huyssen (2000, p.20-21) diz que hoje “não se pode discutir a memória sem considerar a enorme influência das novas tecnologias de mídia como veículos para todas as suas formas”, sem perceber a sua inserção no processo de mercadorização e espetacularização em curso. Nesse sentido, Duarte considera que,

O mundo contemporâneo vive uma forte tendência à globalização econômica, sustentada em grande parte pelo poder de penetração das mídias. Ora, a globalização econômica visa naturalmente, à maximização dos lucros e à exclusão das diversidades em favor de uma essência totalitária: sua lógica é mercantilista, seus produtos, mercadoria. Nessa perspectiva, a mídia e os fenômenos que se representam em seu meio – os textos midiáticos e, bem como a ordem lógica, formal, emocional ou moral que encerram estão articulados num universo próprio, industrialmente construído, mundo-mercadoria, que, como qualquer outro produto acabado, é oferecido ao mercado global, cuja dimensão fundamental reside no valor ontológico de princípio gerador do real. (DUARTE, 2000, p. 24)

A mídia está presente em todos os aspectos de nossa vida, segundo Pereira (2003), produzem discursos socialmente situados, aparecendo na cena pública com as marcas dos seus produtores e com uma carga intencional inevitável.

Nesse processo de globalização, Pereira (2003, p.29) analisa a comunicação de massa entendida como “um conjunto de produtos simbólicos ‘consumidos’ por um número muito grande de pessoas e, também, uma série de instituições capazes de oferecer à sociedade tais produtos”, esse autor afirma que cultura apresenta um caráter mercadológico cada vez mais evidente assim como os produtos simbólicos revelam um lado mercadoria. No entanto, os destinatários dos produtos midiáticos, em seus contextos de recepção, de modo algum, se comportam como receptores passivos. A apropriação não é uniforme e, sim, própria de cada indivíduo que carrega as marcas e as mediações simbólicas que atualizam os sentidos das enunciações, ou seja, de acordo com Pereira (2003, p.31), “a recepção é uma práxis, um trabalho

simbólico exercido sobre a mensagem recebida, [...] que depende das competências e habilidades desenvolvidas ao longo da vida do receptor”.

Tendo em vista esse contexto, no qual, patrimônio e mídia se relacionam e, considerando que no âmbito dessa pesquisa nos interessa a opinião dos atores sociais envolvidos na relação patrimônio/cidade contemporânea tendo como objeto de estudo, a cidade de Goiânia; a palavra opinião ou *doxa*, de acordo com Platão, (PIETTRE, 1981, p. 110) é “aquilo que se destaca de um juízo, de uma afirmação sobre uma realidade da qual não se tem um conhecimento absoluto. Sem constituir mostra da ignorância da realidade, a opinião é o começo do conhecimento verdadeiro”. Esse autor ressalta que cada um tem sua opinião sobre esta ou aquela questão e a ela se encontra, em geral, particularmente preso. Ter uma opinião é emitir um parecer, um juízo sobre um ou outro tema. A opinião popular é versátil, vulnerável, maleável, partidária e apaixonada. (PIETTRE, 1981, p.22). Platão buscava superar a opinião e valorizar o saber.

Almeida (2006) salienta que um público receptor com melhores condições materiais, culturais e educacionais tendo acesso a informação (qualitativa e diversificada) consegue elaborar leituras com maior grau de independência em relação às informações codificadas pelos produtores, formar opinião própria e participar da formação de opiniões públicas, selecionando os conteúdos disponibilizados pelos meios de comunicação. Para esse autor, a interferência da mídia na formação da opinião pública acontece em função da crescente mercadorização do espaço público, não raro, de forma indiscriminada permitindo a manipulação através de discursos carregados de ideologias. Almeida (2006) defende a ação de uma mídia que permita a existência da opinião pública e de outras mediações da sociedade,

[...] além da existência de outras mediações políticas, sociais e culturais e de espaços de relativa autonomia da recepção, os grandes meios de comunicação de massa, desde que democratizados e desmercadorizados, são instrumentos indispensáveis para a democratização da produção da produção de opiniões públicas.

Para Jeudy (2005, p.82), a cidade se nutre de tudo o que pode servir de signo, para ele os fotógrafos procuram falar o que a cidade parece esconder, procuram os ‘não-lugares’ nos territórios indefiníveis. Os escritores fazem da cidade cenário de uma ação, “cenário tornado assimilável no ritmo de derramamentos metafóricos que eles a apreendem tanto em sua fragmentação quanto nas manifestações de sua totalidade.” Considerando essas ponderações, surge a indagação: como os meios de comunicação locais mostram a cidade de Goiânia e as questões relativas ao tombamento do seu centro histórico? Qual a opinião da comunidade local

sobre o seu Centro Histórico? É uma opinião espontânea ou mediada por algum tipo de ação institucional?

Após essas considerações e retomando a questão patrimonial, percebemos que o discurso do patrimônio é construído com o propósito de despertar na população local sentimentos de pertencimento, desenvolver a identidade, elevar a auto-estima através do conhecimento e reconhecimento do patrimônio cultural, por outro lado essa questão também envolve o processo contemporâneo de mercantilização da cultura mediante a espetacularização, valorização do bem cultural e da estética como mercadoria.

Goiânia enquanto metrópole, não foge à regra, apesar de ser uma cidade jovem, a rapidez das transformações faz com que sua paisagem seja constantemente renovada. Fato que segundo Carlos (2001, p. 164) traz à sua população a “imposição do ‘tempo do efêmero’, do instável. O que produz relações vazias, criando estranhamento porque a rapidez das transformações na metrópole obriga as pessoas a se readaptarem constantemente às mudanças impostas pela produção espacial”. Por um outro viés Chaveiro (2002, apud OLIVEIRA 2005), analisando a singularidade dessa metrópole expõe que Goiânia convive com dois tempos: um que revela a paisagem contemporânea e outro que retrata os elementos tradicionais da sua população residente de origem rural. Nesse sentido as relações entre a população e a cidade expressam essa dualidade, conforme Chaveiro (op.cit.) trata-se de um *ethos* próprio à cidade. Ou seja, nem tudo foi cooptado pelo sistema do mercado, podemos visualizar aqui o tempo do pertencimento, aquele no qual vivenciamos a cidade pelo valor do uso. É nesse contexto que compreendemos a paisagem do centro histórico frente a sua condição de patrimônio. E a partir dele podemos fazer algumas reflexões que nos possibilitam um caminho de interpretação.

O tombamento do núcleo inicial da cidade de Goiânia foi uma ação institucional visando preservar um bem de valor histórico, fator de constituição da memória e da identidade e significativo no campo do urbanismo. Quando analisada preliminarmente, sob o prisma da contemporaneidade, diante da efemeridade do tempo, da rapidez das transformações, frente à condição assumida de metrópole regional, nos transparece que essa ação, no tocante a totalidade dos bens, ainda não foi apropriada, reconhecida da forma proposta pela população. Há um distanciamento entre o que se propõe pelo tombamento e a prática real do uso e da apropriação. Convivem elementos reconhecidos e outros ignorados, visto que há uma carga simbólica que não tem respaldo nos condicionantes do tempo de hoje que fragmenta as relações e não permite a apropriação. Frente a isso, Jeudy (2005, p.22) diz que,

para que exista **patrimônio reconhecível, é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade se veja o espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura.** [...] A produção de ‘lugares memoráveis’, locais e monumentos, tende a provar que seu aspecto simbólico é ‘gerável’. Os organizadores do patrimônio podem assim acreditar que detêm os meios de tratar as representações comuns desses ‘lugares memoráveis’ como um capital simbólico. As memórias são colocadas em exposição para que o reconhecimento de sua singularidade seja igualmente assegurado. (grifo nosso)

Nesse sentido, Araújo (2004) em seu estudo sobre o patrimônio, observa uma ação efetivada por ocasião da assinatura do decreto de tombamento, que foi a implantação nas esferas municipal e estadual, do Projeto de Educação Patrimonial com o objetivo de valorizar e preservar o patrimônio através do seu conhecimento, reconhecimento e apropriação por parte da sociedade, isto é gerar o reconhecimento do patrimônio, o que corrobora com a ponderação feita por Jeudy.

Assim, se por um lado a população se reconhece em alguns elementos do traçado, em função da sua história com a cidade (OLIVEIRA 2005, MANSO 2004, GRAEFF 1985), por outro parece-nos desconhecer o valor artístico e simbólico, até mesmo a importância de outros elementos como os edifícios em Art Déco, apesar dos esforços empreendidos pelos poderes municipais e estaduais – há que considerar, neste caso, que estas ações estão na fase inicial e demandam tempo maior de maturação para obter uma resposta positiva da sociedade. Transparece-nos que a nova leitura dada a esse conjunto, a de atribuição de valor histórico, se respalda mais no olhar do técnico sem ter o reflexo inteligível na população. Sobre essa questão está em andamento Com essa compreensão finalizamos com algumas indagações que apontam nessa direção: O patrimônio histórico de Goiânia se sustenta somente pela visão técnica e institucional? A carga simbólica deste conjunto é inteligível à população goianiense? São questionamentos que levantam a problemática da patrimonialização no tempo atual, que ensejam maiores esforços de análises na busca de respostas.

## **6 Metodologia/ resultados**

Nesse contexto em que a opinião, o significado, motivos, aspirações, crenças e valores conferidos pelos atores sociais têm peso relevante, a abordagem qualitativa com estudo de caso é a metodologia que melhor responde aos objetivos dessa pesquisa. A definição pelo estudo de caso parte do princípio que essa pesquisa “toma por objeto um fenômeno contemporâneo situado no contexto da vida real e as fronteiras entre esse fenômeno e o contexto



não são nitidamente demarcadas” (Lessard-Hébert *et al.*, 1994, p. 170) cabendo ao investigador abordá-lo pelo interior. Será efetuada em um espaço singular, com características específicas, ou seja, apresenta um patrimônio tombado em Art Déco, estilo arquitetônico pouco difundido no Brasil e a delimitação espacial abrange o polígono tombado, denominado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) de Núcleo Pioneiro de Goiânia.

Para a coleta de dados estão sendo utilizados os meios: pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Na pesquisa de campo o recurso utilizado é a entrevista que, segundo Werner e Schoepfle (1987, p. 78, apud Lessard-Hébert *et al.*1994), “é necessária quando se busca dados válidos sobre as crenças, opiniões e as idéias dos observados”. Assim, no primeiro momento, foi utilizado o registro visual (fotografias) e a entrevista semi-estruturada está sendo aplicada à população local com o objetivo de perceber a opinião da comunidade sobre a patrimonialização. A pesquisa está sendo realizada dentro dos limites definidos pelo recorte espacial e especificamente junto aos monumentos da Praça Cívica, na Praça do Bandeirante e próximo ao Mercado Aberto da Avenida Paranaíba.

Num segundo momento será feita a pesquisa em dois jornais da cidade, O Popular e o Diário da Manhã, abrangendo o recorte temporal definido, ou seja, a partir de novembro de 2003, com o intuito de levantar as matérias relacionadas com a patrimonialização da cidade e o processo de revitalização do centro. Também serão feitas entrevistas com gestores envolvidos com as questões patrimoniais com o intuito de conhecer os projetos em andamento e os resultados já obtidos.

Dessa forma o conteúdo apresentado até o momento corresponde aos resultados parciais obtidos na pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo está em andamento não sendo possível nesse momento apresentar dados conclusivos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jorge. Mídia, opinião pública ativa e esfera pública democrática. Disponível em: [www.enecos.org.br/xiiicobrecos/arquivo/doc/008.doc](http://www.enecos.org.br/xiiicobrecos/arquivo/doc/008.doc). Acesso em: 19 nov. 2006.

ARAÚJO, Márcia de. Praça Cívica: patrimônio e turismo. 2004. Monografia (Especialização em Capacitação e Planejamento e Turismo). UFG. Goiânia.

BORJA, Jordi. Revolución y contrarrevolucion em la ciudad global. In: HARVEY, D. e SMITH, N. capital financeiro, Propiedad Inmobiliária Y Cultura. Barcelona, Espanha: Universidade Autônoma de Barcelona, Server de Publicacions, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Morfologia e temporalidade urbanas – o tempo efêmero e o espaço amnésico. In: Spósito M. E. B. (Org.). Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP, 2001, p.161-173.

CENTRO DE TODOS. Caderno da prefeitura Municipal de Goiânia. Goiânia: Produção GECENTRO. 2004.

COELHO, Gustavo Neiva. Art Déco: uma vertente da modernidade. Goiânia: Vieira/ Trilhas Urbanas, 2000.

CORREIA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989.

DUARTE, Elizabeth Bastos. Considerações sobre a produção midiática. In: Programa de pós-graduação em comunicação do Centro de Ciências da Comunicação. Mídias e processos de significação. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/ MinC – IPHAN, 1997.

GRAEFF, Edgar A. Goiânia, 50 anos. Brasília: MEC/ SESU, 1985.

HALL, Stuart. Identidades culturais na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 1997.

HUYSSSEN, Andreas. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Tradução Sérgio Alcides. Rio Janeiro: Aeroplano, 2000. 116p.

JEUDY, Henry-Pierre. Espelho das cidades. Tradução Rejane Janowitzzer. Rio Janeiro: Casa da Palavra, 2005. 157p.

LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico. 5. ed. São Paulo Brasiliense, 1987. p. 7 – 23.

LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald. (Orgs.). Investigação qualitativa: fundamentos e práticas. Lisboa: Instituto Piaget, s/d.

MALDONATO, Mauro. A subversão do ser: identidade, mundo, tempo, espaço: fenomenologia de uma mutação. Tradução Luciano Loprete, Roberta Bami. São Paulo: Peirópolis, 2001.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar. Goiânia: Edição do Autor, 2001.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Os usos culturais da cultura. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza. (Orgs.). Turismo: espaço, paisagem e cultura. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 88-99.

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). O espaço da diferença. Campinas: Papius, 2000. p. 257 – 287.

OLIVEIRA, Maria das Mercêdes Brandão de. A praça em suas múltiplas dimensões espaciais: o desvendar de diversidades e similaridades de praças goianienses. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFG, Goiânia.

PEIXOTO, Elane Ribeiro. Cidade genérica. In: Estudos: Revista da Universidade Católica de Goiás. Goiânia: UCG, v. 31. n. 11. 2004. p. 1993-2018.

PEREIRA, Marcos Vinícius. Representação e Produção de sentidos: a mídiatização dos significados. In: Cadernos da Escola de Comunicação – UNIBRASIL, n. 1. Jul-Dez 2003.

PIETTRE, Bernard. Platão: a República – livro VII. Tradução: Elza Moreira Marcelina. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. 117p.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.46 – 55.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a academia Sphan. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24, p.77 – 95, 1996.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12-74.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Preservação do patrimônio cultural em cidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 128 p.

VAZ, Maria Diva Araújo Coelho. Transformação do centro de Goiânia: renovação ou reestruturação. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFG, Goiânia.